

# Ciberesferas públicas: os blogs como espaços de discussão política\*

Kátia Fonseca Aguiar

2006

## Índice

1 A constituição da esfera pública e a ciberesfera pública	2
2 Potencialidades e desafios da democracia em rede	3
3 Blogs como esferas de visibilidade e discussão	5
4 Considerações finais	7
5 Referência bibliográfica	8

## Resumo

Partindo da conceituação de esfera pública, o presente trabalho pretende analisar como as novas tecnologias da informação e da comunicação vêm interferindo na constituição de uma nova forma de democracia – a ciberdemocracia. Indo um pouco mais além, faz-se uma análise de um dispositivo comunicacional específico – o blog – apresentando como ele pode se constituir num espaço de discussão política, ou numa ciberesfera pública.

---

\*Trabalho apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina Mídia e Política, ministrada pela Prof. Ângela Marques, no curso de Especialização em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas – 1º semestre, UFMG, 2006.

O mundo atual passa por profundas transformações no que se refere à esfera do conhecimento, da informação e da comunicação. As últimas décadas foram marcadas por um avanço tecnológico nunca antes visto. Tamanho desenvolvimento técnico acaba por se refletir em mudanças significativas em todos os campos da sociedade. A internet é protagonista nesse cenário. Ela muda as formas de as pessoas se relacionarem entre si, com o mundo e com o conhecimento.

Com grande potencial comunicativo e uma organização que privilegia a descentralização, a internet vem sendo apontada como o ambiente em que seria possível surgir e se desenvolver um novo tipo de democracia e de política. Termos como ciberpolítica, ciberdemocracia, e-democracy, democracia digital entre outros aparecem para tentar dar conta dessa nova realidade política marcada pelo uso das novas tecnologias.

A idéia de uma esfera pública virtual tem sido tema central em diversas discussões sobre a política do mundo globalizado. Antes, porém, de se adentrar essa discussão sobre ciberesfera pública, há que se entender o conceito de esfera pública. Só então será possível refletir sobre como as novas tecnologias e as ferramentas comunicacionais que

delas advêm interferem na vida política, se apresentado como novas esferas de visibilidade e de discussão.

## 1 A constituição da esfera pública e a ciberesfera pública

De acordo com as idéias de Habermas, pode-se entender esfera pública como sendo o domínio da sociedade onde a opinião pública é formada e fundada. Parte desta esfera se constitui nas conversações e interações humanas, no âmbito da vida cotidiana.

“A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções, nem com o conteúdo da comunicação cotidiana”.<sup>1</sup>

Essas conversações, no entanto, apresentam algumas características fundamentais que as diferenciam daquelas interações cotidianas de cunho privado. Nas discussões empreendidas na esfera pública, a argumentação e a horizontalidade das relações são pressupostos fundamentais. Nesse âmbito, prevalece a racionalidade das argumentações e qualquer outra forma de poder que não a do melhor argumento racional é vedada. Ela é, portanto, protegida “de influências não-comunicativas e não-rationais, tais como o poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais”.<sup>2</sup>

A esfera pública, deste modo, é um campo que privilegia a interlocução. Daí a ênfase

nas diversas formas de comunicação que permeiam a vida cotidiana, já que delas dependem a constituição e a ampliação da esfera pública. Nesse sentido, Gomes comenta o papel da mídia:

“Tanto esta [a mídia ou a imprensa] é a instituição da esfera pública, enquanto passa a intermediar o raciocínio das pessoas privadas reunidas num público, quanto instrumento da construção e reunião de públicos, nesse sentido substituindo ou complementando os cafés, salões e comunidades de comensais”.<sup>3</sup>

Nesse sentido é possível se pensar a internet, de fato, como espaço privilegiado para a constituição de uma esfera pública virtual, já que se trata de um ambiente que pode funcionar como complementar para outros espaços de debates e discussões. Assim, ela faz resurgir, como diria Gomes<sup>4</sup>, “as esperanças de modelos alternativos de democracia”, já que, através dela é possível a formação de grupos de discussão mediados por chats<sup>5</sup>, fóruns, blogs<sup>6</sup> etc, sobre os mais diversos assuntos da vida pública.

A possibilidade de uma prestação de contas em tempo real por parte dos governos e do voto eletrônico on-line faz emergir a proposta de um Estado mais transparente, ágil e próximo do cidadão. Além disso, ferramentas como chats, fóruns de discussão e blogs

<sup>3</sup> Idem, p. 157.

<sup>4</sup> GOMES, 2005.

<sup>5</sup> Chat: do inglês: conversa. Salas de bate-papo do ciberespaço em que os usuários trocam mensagens em tempo real.

<sup>6</sup> Blog: abreviação de weblog. Do inglês, diário de bordo na rede mundial de computadores. Trata-se de páginas pessoais simples e fáceis de construir, em que os usuários abordam os mais diferentes assuntos, entre eles a política.

<sup>1</sup> HABERMAS, 1997, p. 92.

<sup>2</sup> GOMES, 1998, p. 155.

possibilitam a discussão em tempo real sobre os mais diversos assuntos e a troca instantânea de informações entre os cidadãos e, conseqüentemente, são encarados como possíveis esferas públicas virtuais ou ciberesferas públicas.

## 2 Potencialidades e desafios da democracia em rede

Não é difícil perceber que as instituições políticas contemporâneas vivem um momento de crise. Gomes<sup>7</sup> atribui essa crise a dois elementos em especial: ausência da participação política dos cidadãos e separação nítida e seca entre esfera civil e esfera política. Assim, fica prejudicada a idéia central da democracia entendida como governo do povo, com o povo e para o povo. No cenário das democracias representativas contemporâneas, a decisão política cabe exclusivamente ao colegiado dos representantes, enquanto a esfera civil tem a função única e exclusiva de autorizar essa tomada de decisão por parte da esfera política.

“Há, pois, uma esfera civil, a cidadania, considerada o coração dos regimes democráticos, mas que autoriza e não governa, e há, por outro lado, uma esfera política cujo único vínculo constitucional com a esfera civil é de natureza eleitoral”.<sup>8</sup>

É nesse cenário que surge a proposta da democracia deliberativa, em que a participação do cidadão se faz imprescindível e que encontra na internet uma ferramenta promissora. A participação dos cidadãos, através

da rede, na tomada de decisões aproximaria as duas esferas (a política e a civil), possibilitando uma relação sem intermediários entre elas e “bloqueando as influências da esfera econômica e, sobretudo, das indústrias do entretenimento, da cultura e da informação de massa, que nesse momento controla o fluxo de informação política”.<sup>9</sup>

Com a internet, o cidadão deixaria de ser um mero consumidor de informações políticas. Ele se converteria, através das ferramentas da rede, em um emissor ou co-produtor dessas informações, já que, nesse ambiente, o fluxo não é unidirecional, mas multidirecional e horizontal, aberto à participação dos usuários.

Gomes<sup>10</sup> descreve cinco graus possíveis de democracia digital. Segundo ele, um grau mais elementar constitui o acesso do cidadão aos serviços da rede e a prestação de informações por parte do Estado. A este grau elementar ele chama de “cidadania-delivery”. Num grau mais elevado, ele fala da possibilidade de o Estado consultar os cidadãos pela internet para averiguar sua opinião a cerca de temas da agenda pública. No terceiro nível, essa oferta de informações e a prestação de contas por parte do Estado seriam plenas, num cenário de total transparência estatal.

Num grau elevadíssimo de democracia, segundo o autor, haveria a extinção da esfera pública profissional e todas as decisões seriam tomadas pelos cidadãos, numa democracia direta, mediada pela tecnologia digital. Essa seria o que Gomes chama de democracia “plug-and-play”, com o voto eletrônico on-line e a “conversão do cidadão não apenas em controlador da esfera política mas

<sup>7</sup> GOMES, 2005.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> GOMES, 2005.

<sup>10</sup> Idem.

em produtor de decisão política sobre os negócios públicos”.

O quarto grau de democracia eletrônica, porém, parece mais viável que o quinto, já que se pauta sobre uma democracia deliberativa, combinando o modelo de democracia participativa e o da democracia representativa. Nesse caso, haveria

“uma deliberação pública que, dentre outras coisas, serve-se dos meios eletrônicos de interação argumentativa. A democracia digital deliberativa teria que ser uma democracia participativa apoiada em dispositivos eletrônicos que conectam entre si os cidadãos e que lhes faculta a possibilidade de intervir na decisão dos negócios públicos”.<sup>11</sup>

Mas, mesmo os mais otimistas em relação à utilização da internet como ferramenta para a implementação de uma democracia deliberativa virtual percebem que apenas a disponibilização de dispositivos tecnológicos não é suficiente para garantir o pleno desenvolvimento de uma esfera pública virtual.

“É preciso levar em consideração que, para fortalecer a democracia, são necessárias, não apenas estruturas comunicacionais eficientes ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates”.<sup>12</sup>

Ao se pensar em democracia (digital ou não), a questão do interesse e da motivação dos cidadãos para o debate público é relevante e vem significando um entrave para o

pleno desenvolvimento democrático especialmente no Brasil. Com um histórico de ditaduras e de governos pouco abertos à participação pública, os cidadãos brasileiros têm, tradicionalmente, dificuldades para se perceberem como parte importante do processo político e para entenderem que esse processo vai além da mera participação no momento eleitoral.

Outra questão relevante quando se fala em democracia digital no país é a exclusão digital. Num país em que os índices de analfabetismo e pobreza são altos, a democratização do acesso às tecnologias digitais ainda engatinha e isso significa um enorme contingente de cidadãos que não dispõem desses dispositivos para participarem da vida política.

Há ainda que se considerar que, como se trata de um meio relativamente novo, os efeitos das discussões via rede ainda são pouco eficazes, ou produzem pouco efeito junto à esfera pública. Nesse sentido,

“é mais fácil identificar deliberação na comunicação mediada por computador, entendendo-a como debate ou entendendo-a como produção de decisão argumentada e discutida, do que indicar como tal deliberação precisamente produza algum efeito na produção da decisão política que conta no interior do Estado”.<sup>13</sup>

É justamente no âmbito da discussão política que se encontram as principais ferramentas ou dispositivos comunicacionais que podem favorecer a formação de uma esfera pública virtual, tais como os blogs, por exemplo.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> MAIA, 2001.

<sup>13</sup> GOMES, 2005.

### 3 Blogs como esferas de visibilidade e discussão

Uma das mais marcantes características da internet, bem como das ferramentas comunicacionais que nela surgem, é seu constante processo de mutação. As novas formas de utilização dessas ferramentas muitas vezes surpreendem. É o caso dos blogs, por exemplo. Eles nasceram como guias de navegação no caos da rede dos primeiros anos, onde usuários mais experientes disponibilizavam links<sup>14</sup> para as páginas que consideravam mais interessantes. Com o desenvolvimento de ferramentas de busca mais eficientes, essa função perdeu sua razão de ser e esse tipo de página passou a ser usada para outros fins, como a auto-exposição pessoal do autor, por exemplo, numa espécie de releitura digital do antigo “querido diário” de papel.

Este viés de auto-exposição do autor e de espaço de desabafo pessoais ainda tem muita força, mas outras formas de utilização dos blogs vêm despontando. Entre elas, o uso dessas páginas como ferramentas jornalísticas e como ambientes de divulgação de informações sobre políticas e até como espaço para debates públicos.

A facilidade de criação e manutenção das páginas, que dispensam conhecimentos sobre linguagem de programação e os recursos interativos que possibilitam a participação dos leitores através de comentários são os principais ingredientes que contribuem para o sucesso dessas páginas e para a constante ampliação de suas formas de utilização.

Exemplo de blog que serve tanto para a divulgação de notícias quanto para o debate

<sup>14</sup> Link: vínculo para outras páginas da rede.

público sobre política é a página do jornalista Ricardo Noblat (colunista do jornal O Estado de São Paulo)<sup>15</sup>, especializado em cobertura da política nacional.

O Blog do Noblat<sup>16</sup>, além de informações com pinceladas de opiniões do autor traz, ainda, espaços em que os leitores/usuários são convidados a participarem e debaterem os textos. Esses debates nem sempre são amistosos. Ao contrário, a competição é uma das marcas registradas. Leitores discordam entre si e deixam isso claro, muitas vezes num tom elevado e até mesmo agressivo.

Essa concorrência, segundo Gomes, é um dos elementos constituintes da esfera pública., já que ela “tanto é o âmbito em que um público busca no raciocínio das pessoas privadas esclarecimento e entendimento recíprocos, quanto é a arena da concorrência pública das posições privadas apresentadas na forma de argumentos”.<sup>17</sup>

É o que se pode ver a partir de uma discussão, do dia 28/05/2006 a respeito de um texto intitulado “Dívida Antiga<sup>18</sup>” versando sobre o pagamento de indenizações a anistiados políticos. Alguns leitores são favoráveis ao pagamento enquanto outros se dizem indignados com o fato, como fica evidente a partir das declarações de dois leitores:

*“Isso é uma excrescência, indenizar terroristas e assassinos, o pior é que quem paga somos nós!”* (do leitor que se autodenomina LANCEIRO)

<sup>15</sup><http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/>

<sup>16</sup><http://noblat1.estadao.com.br/noblat/index.html>

<sup>17</sup> GOMES, 1998, p.157.

<sup>18</sup><http://noblat1.estadao.com.br/noblat/visualizarConteudo.do?metodo=exibirPosts&data=28/05/2006#post21719>

*“Lutar pela Democracia e pela liberdade para alguns é sinônimo de terrorismo, banditismo! A quantia no Brasil é pequena, se fosse em qualquer País Europeu o indenizado ficaria milionário. Que bom que a justiça em parte seja feita, nunca é tarde. E neste caso não tem partido político, tanto o PSDB, PT entre outros concordam, até o PFL. Mas a reação de alguns comentaristas deste blog não”.* (do leitor que se auto-denomina PitacoXIII)

Outra marca dos textos-comentários do Blog do Noblat é o tom provocativo e irônico, como se pode perceber no comentário de um leitor a um post<sup>19</sup> do dia 28/05/2006:

*“Lula que se cuide, pois na internet estão lançando Marcola para presidente, pois em apenas 3 dias ele conseguiu: reduzir o trânsito. Reduziu a carga horária de trabalho sem abaixar os salários. Aumentou o contingente de policiais nas ruas. Mobilizou os deputados. Potencializou o ambiente para a subida do dólar e auxiliar os exportadores. Permitiu que as famílias jantassem juntas, tirando as crianças das ruas e os jovens da noite. Baixou a taxa de roubo. Uniu opositores na mesma briga. Fez Direitos Humanos e Ministério Público visitarem prisões e acabar com rebeliões. Sem contar que é ladrão assumido, não faz acordos e não dança comemorando pizza. Se do celular escondido e sob forte pressão ele conseguiu tudo isto, imaginem em um gabinete”.* (do leitor que se auto-denomina Santista)

<sup>19</sup> Post: bloco de texto ou imagem publicado em um blog.

Tanto a ironia quanto as discussões mais acaloradas são mostras de que o ambiente interativo criado a partir dos blogs pode ser encarado como propício para o desenvolvimento de uma esfera pública de visibilidade e discussão política.

#### 4 Considerações finais

Nas discussões políticas empreendidas em espaços públicos virtuais, como os blogs, são garantidas algumas das características que marcam a esfera pública, como o princípio da não-coerção, por exemplo. Os leitores/usuários têm ampla liberdade para se expressarem como bem pretendem, sem que tenham suas mensagens sejam editadas ou censuradas.

A argumentação, que também é pressuposto básico da constituição da esfera pública, está presente. Embora não se possa garantir o pleno entendimento e a chegada a qualquer conclusão, o fato é que os leitores/usuários discutem, argumentam e expõem seus pontos de vista para a apreciação dos demais membros do debate.

Outro elemento importante é a inexistência de uma hierarquia dentro dessa arena de discussão. O anonimato proporcionado pela rede faz com que os debatedores se dispam de quaisquer referências como títulos, cargos importantes, poder econômico ou político e se valham apenas de seu potencial argumentativo para expressarem suas opiniões.

Nesse sentido, Maia defende que

“se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação e da possibilidade de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode

ser expressa. A força do melhor argumento, que não guarda relação com o papel social dos participantes, tem maior chance de se impor num fórum público virtual”.<sup>20</sup>

Ainda assim, é problemática a defesa da internet ou dos blogs (jornalísticos ou não) como espaços democráticos, já que a ampla participação dos cidadãos não é garantida e a argumentação nem sempre é tão racional quanto se desejaria. Em contrapartida, como ambientes de debates, é pertinente considerá-los como espaços que incrementam e enriquecem a esfera pública, servindo como lugares complementares para as práticas do debate e da discussão racionalmente argumentada.

Há que se considerar, contudo, que esse tema é ainda novo e carece de mais estudos e análises. Ainda é necessário que se façam muitas reflexões sobre o potencial uso das novas tecnologias para a implementação de uma democracia digital. O presente trabalho é apenas uma tentativa de se compreender o assunto. Os blogs, como espaços de discussão política, constituem apenas um dos dispositivos possíveis de serem utilizados para o incremento da democracia.

## 5 Referência bibliográfica

GOMES, Wilson. *A democracia digital e o problema da participação civil na política*. Texto apresentado no XIV Encontro Anual da Compós, realizado em Niterói/UFF, em 2005.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Ha-

bermas. In: RUBIM, Antonio A. C.; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (orgs). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*. vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAIA, Rousiley. *Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. Texto apresentado no X Encontro Anual da Compós, realizado em Brasília/UNB, em 2001.

MAIA, Rousiley. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs). *Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>20</sup> MAIA, 2002, p. 55.